

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia e os Programas Operacionais do Portugal 2020 estabeleciam que os apoios a infraestruturas estivessem condicionados a uma referenciação das necessidades e tipologias de intervenção a ser apresentado à Comissão Europeia. Posteriormente, por via de uma articulação entre o Ministério da Educação, as Entidades Intermunicipais e as CCDR, foi desenvolvido um trabalho acordado de mapeamento das intervenções prioritárias que culminou com a assinatura de 22 Pactos que contratualizaram o financiamento de obras nas infraestruturas escolares num montante de cerca de 271 milhões de euros com os Programas Operacionais Regionais respetivos.

Dada a importância desta fonte de financiamento para a necessária e urgente recuperação das infraestruturas escolares e o facto do atual Ministro da Educação ter interrompido o programa de remoção de placas de fibrocimento degradadas, que desde março de 2013 até 2015 garantiu a retirada de amianto em mais de 300 escolas do país, sob o argumento que a sua continuidade dependeria do processo mais alargado de recuperação do parque escolar a ser desenvolvido no âmbito dos PO Regionais, consideramos urgente que sejam tornados público todos os mapeamentos de intervenções nas infraestruturas escolares por programa operacional regional.

A opacidade e as dúvidas que têm vindo a público relacionadas com o mapeamento e o financiamento dos projetos de requalificação das infraestruturas escolas do Ministério da Educação, designadamente se a contrapartida pública nacional é suportada pela Administração Central ou pelas Autarquias, foram expressas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que em comunicado "*manifestou preocupação com as obras nas escolas públicas, designadamente com o suporte da contrapartida pública nacional, reafirmando o seu entendimento de que esta contrapartida pública nacional é da responsabilidade do Governo Central e não das Autarquias*", pois foi esse o compromisso assumido pelo Primeiro-Ministro, António Costa, e pelo Governo. A ANMP denuncia a existência de um procedimento "*estranho*" e "*desconforme*" do Governo para com os Municípios, no âmbito do processo de priorização da atribuição de fundos para a requalificação do parque escolar. Um processo que é, conforme notícia do jornal Público do dia 15 do corrente mês, qualificado como pelo próprio presidente da

ANMP, Dr. Manuel Machado, como “*chantagem*” do Ministério da Educação.

O Grupo parlamentar do PSD, dando voz às preocupações de várias Câmaras Municipais, já no início deste mês havia questionado o governo sobre o que consideramos ser um processo de desresponsabilização do Ministério da Educação no que concerne ao provimento da contrapartida nacional necessária ao desenvolvimento das intervenções nas infraestruturas escolares da competência e propriedade do Ministério. Uma clara desresponsabilização do Ministério da Educação que se traduz numa não assunção da contrapartida nacional, que varia entre os 15% e os 50% consoante o POR aplicável, necessária à prossecução dos projetos apresentados, impondo assim aos Municípios esse ónus financeiro.

O comunicado da ANMP e a denúncia do seu presidente acima apresentados vem reforçar a necessidade urgente do governo clarificar esta matéria. De facto, estamos a assistir a uma inaceitável alteração dos pressupostos que regem aplicação destes fundos e uma clara falta à palavra dada pelo Primeiro-Ministro aos Municípios.

Ao invés da prioridade da intervenção das escolas ser estabelecida pelo grau de urgência e necessidade real de requalificação das escolas do Ministério da Educação, esta passa a depender da capacidade dos Municípios em assumirem o ónus da contrapartida financeira nacional. Trata-se de uma inversão de princípios e uma imposição absolutamente inaceitáveis.

Ao invés do Ministério da Educação dar cumprimento às garantias dadas pelo Primeiro-Ministro aos Municípios parece estar a violá-las de uma forma inaceitável. O PSD recorda que já não é a primeira vez que o Ministro da Educação desautoriza o Primeiro-Ministro, António Costa, basta recordar o que aconteceu relativamente às provas finais do 6.º ano.

Com o objetivo de clarificar esta matéria, que vem adensar o clima de suspeição e incerteza que o Ministério da Educação tem, na sua atuação, criado no seio das comunidades educativas, e atendendo à importância desta fonte de financiamento para a necessária recuperação do nosso parque escolar e à relevância desta matéria os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata abaixo-assinado, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm por este meio solicitar ao Ministério da Educação, a seguinte informação e esclarecimentos:

1. Os mapeamentos das intervenções das infraestruturas escolares por Programa Operacional Regional, com identificação concreta da infraestrutura, natureza da intervenção e custo associado.
2. Que o Ministério da Educação clarifique se está ou não, no âmbito das suas reuniões, a propor aos municípios que a contrapartida publica nacional seja assumida por estes.
3. Que o Ministério da Educação indique a lista das autarquias que até ao momento foram contactadas no âmbito desta matéria.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 17 de Junho de 2016

Deputado(a)s

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

Deputado(a)s

MARCO ANTÓNIO COSTA(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

EMÍLIA SANTOS(PSD)

MARIA MANUELA TENDER(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)